DOI 10.20504/opus2023.29.24

A Associação Brasileira de Educação Musical em narrativas de seus presidentes e presidentas: movimentos instituídos e instituintes

Ivan Carlos Schwan
https://orcid.org/0000-0003-3386-0472
(Instituto Federal Farroupilha, IFFar / Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção, Jaguari-RS, Brasil)

Cláudia Ribeiro Bellochio
https://orcid.org/0000-0003-2279-4932
(Universidade Federal de Santa Maria, UFSM / Centro de Educação / Departamento de Metodologia de Ensino, Santa Maria-RS, Brasil)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir uma pesquisa realizada a partir de memórias narradas por presidentes e presidentas da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) e de elementos da produção teórica sobre a instituição, para entender as significações imaginárias sociais que levaram à sua construção. Para investigar os movimentos, as memórias e as histórias instituídas e instituintes da associação, tomou-se o referencial teórico do imaginário social, de Cornelius Castoriadis (1982). Alguns resultados sugerem confluência de imaginários sociais para a criação de uma representatividade política da área de música, especialmente ligada à constituição das associações, aos cursos de graduação e pós-graduação, ao vínculo com a dimensão da pesquisa e ao estímulo ao desenvolvimento científico. A pesquisa também aponta o estabelecimento de processos simbólicos instituintes e de compreensões que reconheceram a importância da institucionalização de uma entidade voltada à educação musical, produzindo articulações que levaram à criação da ABEM.

Palavras-chave: ABEM. Investigação com narrativas. Presidentes e presidentas.

The Brazilian Association of Music Education (ABEM) in narratives by its presidents: instituted and instituting movements

Abstract: This work aims to discuss research conducted through narratives shared by presidents of the Brazilian Association of Music Education (ABEM) and draws from elements of ABEM's theoretical production. The goal is to comprehend the social imaginary meanings that contributed to the institution's formation. The theoretical framework of the Social Imaginary by Cornelius Castoriadis (1982) was employed to explore the movements, memories, and instituted histories of ABEM. The results suggest convergences of social imaginaries that played a role in establishing political representation in the field of Music. These were notably associated with the formation of associations, graduate courses, higher education, the connection with research dimensions, and the promotion of scientific development. The research also highlights the initiation of symbolic processes and understandings that acknowledged the significance of institutionalizing an association focused on Music Education, fostering connections that ultimately led to the creation of ABEM.

Keywords: ABEM. Research with narratives. Presidents.

SCHWAN, Ivan Carlos; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. A Associação Brasileira de Educação Musical em narrativas de seus presidentes e presidentas: movimentos instituídos e instituintes. *Opus* (Assoc. Nac. Pesqui. Pós-Grad. Música), Vitória, v. 29, p. 1-21, 2023.
http://dx.doi.org/10.20504/opus2023.29.24

Recebido em 23/10/2022, aprovado em 17/7/2023, publicado em 29/12/2023

O artigo deriva de uma pesquisa que teve como objetivo compreender movimentos, memórias e histórias instituídas e instituintes da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a qual gerou uma tese que foi construída por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre a instituição[1] e de narrativas de seus quatro presidentes e suas três presidentas vivos (de 1991 a 2021). Para compreender a constituição da ABEM, ao longo de seus 30 anos de existência, a investigação foi assumida a partir do ponto de vista teórico do imaginário social, de Cornelius Castoriadis (1982, 2002). Neste artigo, discutir-se-á a pesquisa a partir das memórias narradas pelos presidentes e presidentas da instituição, assim como de elementos da produção teórica sobre a associação.

1. A investigação de narrativas

Na investigação de narrativas, destaca-se a possiblidade de construções que estabeleçam relação com as significações imaginárias e a memória do narrador. De acordo com Abrahão (2003: 80), esse "é o componente essencial na caraterística do(a) narrador(a) com que o pesquisador trabalha para poder (re)construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo".

Na abordagem narrativa, considera-se que existem potencialidades de diálogo entre os âmbitos individuais e coletivos, as representações simbólicas dos sujeitos e a dimensão das significações imaginárias sociais. Nesta pesquisa, tais potencialidades foram percebidas entre os presidentes e presidentas da ABEM, seus imaginários e as proposições para o desenvolvimento da instituição. A abordagem "implica o desenvolvimento de uma relação de compromisso ético entre os envolvidos em prol da construção de conhecimentos sobre o vivido" (SOUZA, 2018: 69). Assim, esta investigação possibilitou que as narrativas em questão fossem analisadas em suas particularidades, contudo, relacionadas ao contexto social-histórico, às dimensões do simbólico e do imaginário, à constituição de processos instituídos e instituintes e às circunstâncias envolvidas com os movimentos, memórias e histórias, permitindo à pesquisa aproximações e interpretações diversas. Proporcionou, ademais, olhar para movimentos que foram instituídos ao longo das gestões e para movimentos instituintes, concretizados ou não, em cada diretoria, na medida em que as memórias estabelecem aproximações com as dimensões do simbólico e das significações imaginárias sociais que estiveram/estão presentes na associação.

Para Castoriadis, a sociedade instituída, como "presentificação de significações" e "organização identitária-conjuntivista daquilo que é para a sociedade" (CASTORIADIS, 1982: 414) não se contrapõe à "sociedade instituinte, o que[,] no social-histórico[,] é posição, criação, fazer ser" (CASTORIADIS, 1982: 414), como um produto estável ou finalizado, mas representa movimentos do imaginário social que podem se (re)fazer no e (res)significar o social-histórico.

O autor delineia o imaginário instituinte enquanto processo de ruptura e criação, no sentido que confere ao sujeito "a capacidade de dar-se àquilo que não é (o que não é dado na percepção ou o que não é dado nos encadeamentos simbólicos do pensamento racional já constituído)" (CASTORIADIS, 1982: 161). Essa dimensão estabelece, em seu interior, formas de ação que proporcionam a organização de novos

[1] A referida pesquisa foi registrada no sistema *Plataforma Brasil* (Disponível em: https://plataformabrasil.saude.gov.br), sob o número CAAE: 35424620.0.0000.5346, e aprovada pelo Comitê de Ética da Instituição, na data de 11 de agosto de 2020, sob o parecer final de número 4.205.984. Acesso em: 7 dez. 2020.

acondicionamentos institucionais. Desse modo, as diversas relações, continuidades, rupturas e encadeamentos entre as dimensões instituídas e instituintes atribuem o sentido de movimento à ABEM.

Nesta pesquisa, que abordou narrativas de ex-presidentes da associação, percebeu-se o disparo de um mecanismo de acesso à memória para assumir formas de se ver o tempo e significar a condição de presidências; ao rememorarem, os narradores representavam interpretações instituintes e instituídas sobre aquela realidade. Os múltiplos lugares pelos quais a memória consegue transitar,

> os (guar)dados, os trechos diversos, enfim, os registros dispersos em velhas pastas precisam ser reconhecidos como dados e ser "desmisturados". Iluminam-se outros fatos, outros documentos, outras memórias que se tornam visíveis como dados, porque reconhecidos como tais ganham contorno no conjunto da história (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015: 33).

O desenvolvimento da narrativa foi relevante para a pesquisa, considerando que manifestou o quanto foi significativo o espaço para reflexão, sob o ponto de vista dos presidentes e presidentas da ABEM, atribuindo-se outras leituras e significações imaginárias acerca desse lugar coletivo de representação da educação musical, "porque a palavra é arena de luta, lugar de embate de múltiplas percepções sobre o trabalho, sobre a natureza, sobre o modo de viver, de dizer o mundo e de se dizer nele. Trata-se de um eu aberto e inconcluso, susceptível aos discursos compartilhados" (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015: 31). Desse modo, as narrativas constituem-se práticas incessantes e continuamente (res)significadas, visto que se estabelecem em uma intensa inter-relação de significados entre os âmbitos pessoais e os papéis institucionais e profissionais assumidos pelos sujeitos.

As narrativas não são, tampouco foram pronunciadas de modo neutro. Ao contrário, apontaram um imaginário social de ideias, sentidos, significados, representações e concepções assumidos pelos presidentes e presidentas entrevistados. As intencionalidades inerentes às narrativas recriaram a instituição simbolicamente, fornecendo suportes que compõem a história, as memórias e a compreensão das vivências frente à ABEM. Essa possibilidade de uso metodológico e analítico com narrativas assinalou pontos de vista a partir de memórias e reflexões de outrem, dispondo-se a considerar diferentes perspectivas na construção de movimentos instituídos e instituintes da associação.

Pensar a ABEM no centro das narrativas presidenciais trouxe o desenvolvimento de memórias frente ao social instituído por ela, ao mesmo tempo que fez vir à tona os caminhos traçados pelas diretorias – as formas organizacionais de suas gestões, as proposições, os objetivos e as metas.

O exercício da narrativa, nesse sentido, possibilitou espaço para lembranças e recordações sobre os períodos de presidência, entre o que estava instituído, social e historicamente, com relação aos movimentos da educação musical no país e a própria ABEM.

> Nas narrativas de experiências, os sujeitos se fazem autores e assinam as compreensões que produzem sobre as suas vidas. Apor sua assinatura decorre da não existência de álibi no mundo para um sujeito evadir-se de sua responsabilidade histórica. Cada sujeito, como ser único, vive e experimenta situações reais que o implicam no ato vivido, na experiência corrida. Nessa unicidade é que ocorrem o ato e o dever concreto de dizer (responder), de responsabilizar-se pelo que se diz (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015: 30-31).

Considerando que perguntar sobre uma história faz parte do processo de compreensão, outras "perguntas e caminhos são indiciados à medida que a história vai ganhando forma de narrativa"

(LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015: 33). As memórias, ao se constituírem, não emergem apenas do âmbito individual, especialmente em se tratando de uma associação. É na coletividade, na dimensão imaginária social, que elas adquirem sentido e potencializam movimentos instituintes, para ganhar força e expressão e se materializar em movimentos instituídos, significativos para serem representados por meio de narrativas dignas de rememoração.

2. Entrevistas narrativas com presidentes e presidentas da ABEM

As entrevistas narrativas foram fundamentais para a compreensão dos movimentos, memórias e histórias instituídas e instituintes da ABEM como potencializadora da educação musical brasileira. Os sujeitos da pesquisa, ao tomarem como objeto de reflexão as experiências das quais foram/são protagonistas em relação à associação, puderam construir sentidos sobre as experiências vividas nesse lugar coletivo, (res)significando seu imaginário social sobre ela.

Assim, em relação ao que aconteceu (o instituído) e ao que foi potência de acontecer (o instituinte), tem-se a memória, que, toda vez que é acessada, é suscetível de novas significações. Estas, expressas por meio das narrativas, convocam as "complexas relações que o indivíduo estabelece com representações, crenças e valores que circulam em seu entorno, mediante uma infinidade de narrativas, que lhes são transmitidas e as que ele próprio elabora sobre o que acontece e o que lhe acontece" (PASSEGGI; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016: 114). Considera-se que a narrativa está, portanto,

> relacionada com o impacto gerado sobre quem viveu tal experiência, seja em termos de transformação produzida no lugar ou nos sujeitos envolvidos [seja] porque ela surge como ensinamento acerca de uma situação-problema que outros membros do grupo trazem para os espaços (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015: 36).

A compreensão dessa história passou pela reconstrução do narrado, do movimento instituinte e do que foi instituído em cada período na associação, no encontro com o referencial teórico e com a história instituída da ABEM, presente nas diversas formas de registro bibliográfico desde sua fundação.

No momento de interpretação das narrativas, a compreensão do contexto vivido pelos presidentes e presidentas levou em consideração processos pelos quais eles e elas rememoraram aspirações, sentidos, intenções, ideais e realizações coletivas acerca da associação. Tratou-se da interpretação das histórias narradas na dimensão das relações estabelecidas entre os processos plurais e individuais mediatizados pela memória, a qual é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, pois se estabelece na perspectiva de cada presidente, mas também é acessada com a intencionalidade de narrar o coletivo ABEM.

Essa forma de narrativa constitui um meio peculiar de investigação, permeado por uma "consciência histórica, em que o presente, o passado e a expectativa do futuro se imbricam numa perspectiva tridimensional" (ABRAHÃO, 2003: 84). É produzida na relação entre pesquisador e entrevistado, com a intenção de construir memórias sobre assuntos, objetos, fatos ou contextos, a qual leva a considerar que "esse ressignificar os fatos narrados nos indica que, ao trabalharmos com memória, o estamos fazendo conscientes de que tentamos capturar o fato sabendo-o reconstruído por uma memória seletiva, intencional ou não" (ABRAHÃO, 2003: 86). Há que se levar em conta ainda que "os sentidos são

inacabáveis, e deles só temos memória. A compreensão que construímos é sempre mutável" (LIMA, GERALDI; GERALDI, 2015: 39).

As narrativas dos presidentes e presidentas, tomadas por essa ótica, representaram sentidos sobre os movimentos coletivos da ABEM, tomados por sua memória reconstrutiva (ABRAHÃO, 2003), que se estabelece na materialidade acessível ao conjunto do que é representado pela consciência. Assim, a reconstrução dos sentidos daquilo que é narrado apresenta-se na análise dos elementos, e seu conjunto em relação ao contexto histórico e social, na constituição de movimentos instituídos e instituintes. Para Abrahão (2003),

> o fato de reconhecermos e aceitarmos a reconstrutividade da memória como percepções pessoais da "realidade", que é ressignificada ao longo das trajetórias de vida, em virtude de novas vivências e, mesmo, da perspectiva tridimensional do tempo narrativo, a que já nos referimos, não elide que, na interpretação das informações, também lhes imprimamos sentido, fundamentadas no todo dos elementos de que dispomos, pela triangulação do conteúdo das narrativas com o de outras fontes: documentos, narrativas de outras pessoas, etc. (ABRAHÃO, 2003: 93).

As significações imaginárias, (re)construídas através das narrativas dos presidentes e presidentas, compreendem a produção de uma memória individual disparada por uma memória coletiva da história da ABEM. Esse exercício da memória, que ocorre em um tempo narrativo presente, vem carregado de experiências e de percepções que se diferenciam dos fatos vivenciados no passado e são, por isso, (res)significados. Esse caráter dinâmico corrobora a perspectiva de que "as fronteiras são sempre móveis, que separam a memória do esquecimento, dependem do resultado transitório de um conflito entre forças que levam o passado à consciência e forças que o condenam ao esquecimento" (BUENO, 2002: 304).

Pode-se pensar essas forças em relação aos movimentos instituídos e instituintes da ABEM, que foram abordados na pesquisa através das significações imaginárias presentes na materialidade do que foi rememorado. Assim, também, "memórias mexem com nosso imaginário, nosso subjetivo, nossas lembranças, de modo que vamos tecendo uma relação entre passado e presente quando recorremos a elas" (LIMA, 2005: 38), considerando que as memórias dos presidentes e presidentas estão conectadas ao contexto social-histórico. Elas adquirem sentidos e são subjetivadas no magma das significações imaginárias, levando-se em conta que

> a memória de um indivíduo vem carregada de significados sociais dos quais faz parte. Assim, no momento em que trabalhamos com essas lembranças, não podemos deixar de considerar aspectos sociais vinculados a um contexto mais amplo, no qual se insere esse indivíduo e ao qual se refere quando busca no passado suas lembranças vividas (LIMA, 2005: 38).

Neste sentido, os contextos da ABEM, em seus movimentos com relação à educação musical brasileira, são rememorados nas histórias vividas pelos presidentes e presidentas em contextos sócio-históricos específicos.

3. O processo investigativo e os encontros narrativos com os presidentes e presidentas

O processo que levou às narrativas dos presidentes e presidentas da ABEM iniciou-se com um contato, através do envio de um e-mail, convidando-os a participarem de uma entrevista. O contato foi estabelecido no mês de outubro de 2019 e manteve-se em diferentes momentos durante o ano de 2020. Por meio de um documento denominado "Carta Convite", foram expostos o contexto de construção da pesquisa, sua temática, objetivos e procedimentos metodológicos.

Após a confirmação inicial, foram agendadas as entrevistas narrativas, de acordo com as possibilidades e a disponibilidade de cada participante. Elas foram realizadas no período de outubro de 2019 a setembro de 2020. Para a construção dessa materialidade, considerou-se importante que as narrativas pudessem ser registradas presencialmente. Contudo, duas das entrevistas foram realizadas em forma de *webconferência*, uma pela plataforma Skype e outra pela plataforma Google Meet, em função do esgotamento dos recursos financeiros para a realização das viagens e do afastamento social em decorrência da pandemia da covid-19.

Todas as entrevistas foram registradas em áudio por meio de um gravador e transcritas na íntegra. Após essa fase, o material foi disponibilizado aos entrevistados para leitura e revisão, a fim de que pudessem autorizar, vetar ou realizar os ajustes que julgassem necessários. De posse da versão final autorizada das transcrições, procedeu-se o processo de análise das entrevistas.

A Tabela 1 apresenta dados sobre o(a) narrador(a) e sobre a entrevista, como data, local, duração e número de páginas decorrentes da transcrição.

Presidente(a)	Data	Local	Duração	Páginas de transcrição	Tempo na presidência
Dra. Alda de Jesus Oliveira	05/02/2020	Salvador-BA	2h02min	24 p.	4 anos
Dr. Raimundo Martins da Silva Filho	17/09/2020	*On-line*	1h03min	14 p.	2 anos
Dra. Jusamara Vieira Souza	28/10/2019	Porto Alegre-RS	2h23min	30 p.	4 anos
Dra. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo	20/01/2020	Florianópolis-SC	3h04min	37 p.	4 anos
Dra. Magali Oliveira Kleber	15/01/2020	Londrina-PR	4h45min	38 p.	4 anos
Dr. Luis Ricardo Silva Queiroz	16/01/2020	*On-line*	1h37min	20 p.	4 anos
Dr. Marcus Vinícius Medeiros Pereira	28/01/2020	Juiz de Fora-MG	2h07min	25 p.	4 anos

Tab. 1: Realização e organização das entrevistas. Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa maneira, foi possível entrevistar todos os presidentes e presidentas da ABEM até o ano de 2020, com exceção da professora Dra. Vanda Lima Bellard Freire, que foi a terceira presidenta da ABEM, falecida em 2015.

A organização da transcrição das narrativas para a análise foi realizada no programa Microsoft Word, tendo, como orientação, a análise compreensivo-interpretativa proposta por Souza (2014). Para o autor:

> A análise compreensiva-interpretativa das narrativas busca evidenciar a relação entre o objeto e/ou as práticas de formação numa perspectiva colaborativa, seus objetivos e o processo de investigação-formação, tendo em vista apreender regularidades e irregularidades de um conjunto de narrativas orais ou escritas, partem sempre da singularidade das histórias e das experiências contidas nas narrativas individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processos de pesquisa e formação (SOUZA, 2014: 43).

Ainda de acordo com o autor, essa análise propõe a organização das narrativas em três tempos, definidos como: 1) pré-análise/leitura cruzada; 2) leitura temática/unidades de análise descritiva; e 3) leitura interpretativa-compreensiva. Os três estabelecem relações entre si, mantendo, nessa dinâmica, aproximações e singularidades, intercâmbios entre as unidades de análise e o contexto mais amplo.

Considerando a transcrição das narrativas, inicialmente, foram constituídos três eixos gerais de análise com base nos objetivos desta pesquisa: Eixo A – História e memória da ABEM; Eixo B – Organização e divulgação científica; e Eixo C – Luta pela representatividade política.

As narrativas foram identificadas por meio de cada Unidade de Análise Temática (UAT) e dispostas dentro dos macroeixos que corresponderam, inicialmente, à leitura cruzada ou pré-análise. Nessa fase, as UATs foram agrupadas em índices temáticos, referenciados por seus respectivos números de página, para melhor organização e desenvolvimento. Assim, foi realizada uma análise interpretativa-compreensiva das entrevistas (SOUZA, 2014), articulada aos planos de compreensão do contexto propostos por Abrahão (2003). Após essa etapa, foram definidos agrupamentos dessas unidades, considerando suas relações com a totalidade das narrativas, orientadas pelo referencial teórico-metodológico e pela produção desenvolvida no contexto da pesquisa bibliográfica.

4. O imaginário social instituído e instituinte: movimentos da ABEM

Na construção da pesquisa, buscou-se compreender a relação dos movimentos instituídos e instituintes da ABEM, considerando que a sociedade enquanto instituída e instituinte é intrinsecamente histórica e demanda uma relação de tensionamentos e movimentos. A teoria do imaginário social, de Cornelius Castoriadis (1982), a partir de conceitos que abrangem as dimensões do simbólico, a construção de significados, a dimensão social-histórica, as significações imaginárias sociais e a constituição das instituições e de processos instituídos e instituintes foi mote para a investigação.

Enquanto instituição, a ABEM simboliza os significados e representações sociais e históricas das presidências e suas diretorias, para representar imaginários que foram instituintes entre o coletivo de sujeitos que fazem parte da associação, ou seja, os associados. Nesse sentido, a diretoria, representada pela figura do(a) presidente(a), tanto é propositiva quanto responde a anseios desse imaginário coletivo instituinte, em movimentos entre as dimensões instituídas e instituintes que se movimentam através de continuidades, tensionamentos e rupturas e constroem linhas da história. Ao se considerar a ABEM como uma instituição que se constitui, de modo instituído e instituinte, leva-se em conta a existência de formas de manifestação do simbólico que permeiam modos de criação das significações individuais e sociais, apresentando implicações em processos de formação, manutenção e reorganização das instituições.

A constituição do indivíduo como ser repleto de significações somente tem sua existência atrelada à sociedade como elemento social-histórico (CASTORIADIS, 1982: 207). Essa existência é permeada por significações, as quais representam o universo do simbólico, uma vez que "Adentrar no

simbólico é produzir aproximação com sentidos e significados produzidos social e individualmente. Mesmo sabendo que não conhecemos o imaginário, aproximamo-nos do que se mostra, do que nos mostram, do que elegem mostrar" (OLIVEIRA; FACCO; DEUS, 2019: 382).

Castoriadis (1982) entende que faz parte do simbólico o processo de compreensão que o indivíduo social-histórico realiza como pertencente a determinado grupo ou sociedade, no qual ou na qual também cria, constitui e mantém instituições. Na dimensão simbólica, no que tange a esta pesquisa, os sujeitos creditam à ABEM sua representação, significam-na como lugar de reconhecimento aos anseios e à subjetividade, perpassados por um plano coletivo de associados e da comunidade de educação musical brasileira. Esse processo, na perspectiva do autor, ocorre no âmbito do imaginário. Este, por sua vez, se coloca como possibilidade da existência humana em que, através da imaginação, é possível estabelecer as significações, o conhecimento e as relações sociais. Para Carvalho (2002: 16-17):

> Castoriadis coloca a imaginação como constitutivo fundante de todo o conhecimento, de toda a capacidade criativa do homem, quer refira-se ao campo dos saberes humanos quer à presença do homem na sociedade enquanto ser de relações sociais, ou mesmo enquanto ser transcendental na relação com a divindade.

Nesse viés, a imaginação está na base de tudo; é a condição e a possibilidade para a criação e para a alteração. Assim, os processos de significação não ocorrem diretamente entre o indivíduo e a sociedade, mas entre seu imaginário e a sociedade. Nos significados, compostos através da imaginação, o sujeito estabelece suas relações com o mundo, as quais se constituem também através da linguagem e expressam aspectos de sua subjetividade. Têm a ver com os sentidos através dos quais indivíduos chegam a um ponto em comum, o coletivo, a sociedade, e se materializam através do simbólico.

Nessa interpretação, tais sentidos, analisados nas perspectivas pelas quais os sujeitos estabelecem significados e relações simbólicas com a ABEM, conferem à associação um poder de legitimidade coletiva. A rede simbólica é estabelecida, assim, na dinâmica da subjetividade entre os indivíduos e o coletivo. A subjetividade constitui condição para a criação, e esta não se submete aos limites do que está estabelecido ou a alguma funcionalidade já posta. Enquanto criações sociais-históricas, tanto a sociedade, quanto o indivíduo produzem e são produzidos em suas relações subjetivas.

Nessa perspectiva, pode-se pensar e analisar as projeções de continuidade ou propostas de mudanças que cada diretoria da ABEM – representada, aqui, por seus presidentes e suas presidentas – organizou e buscou implementar em sua gestão, seus processos autônomos, suas necessidades e suas relações com o contexto sócio-histórico.

A dimensão social-histórica[2] é apresentada por Castoriadis (1982: 130-131):

[2] O termo "social-histórico", em Castoriadis (1982), apresenta relações com o processo de socialização e se estabelece numa via de mão dupla: "Procuramos com esta expressão a unidade da dupla multiplicidade de dimensões, na 'simultaneidade' (sincronia) e na 'sucessão' (diacronia) que habitualmente denotam os termos sociedade e história. Diremos às vezes o social ou o histórico, sem precisar, conforme quisermos enfatizar um ou outro desses aspectos" (CASTORIADIS, 1982: 130). Sobre isso, Carvalho (2002: 39-40) observou: "isto indica inicialmente que pensar o sujeito social-histórico requer que se compreenda o contexto no qual ele se perfaz, de natureza social-histórico requer que se compreenda o contexto no qual ele se perfaz, de natureza social. Ele não permanece um ser monádico; após a ruptura monádica, estará sempre em um processo contínuo de socialização. Em segundo lugar, tal processo somente se dá de forma histórica, submetido sempre ao processo circuito do imaginário social e suas significações imaginárias, encarnadas nas instituições. Por isso, não falamos em social 'e' histórico, mas social-histórico".

> O social-histórico não é nem a adição indefinida dos entrelaçamentos intersubjetivos (ainda que seja também isso), nem, certamente, seu simples "produto". O social-histórico é o coletivo anônimo, o humano-impessoal que preenche toda formação social dada, mas também a engloba, que insere cada sociedade entre as outras e as inscreve todas numa continuidade, onde de uma certa maneira estão presentes os que não existem mais, os que estão alhures e mesmo os que estão por nascer. É por um lado, estruturas dadas, instituições e obras "materializadas", sejam elas materiais ou não; e por outro lado, o que estrutura, institui, materializa. Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo.

É na dimensão social-histórica que as significações imaginárias sociais adquirem sentido. Essa dimensão que constitui a realidade social, forma também o indivíduo, por isso ele é um produto social, um indivíduo social, não a pura individualidade, mas um indivíduo que está conectado com todos, constituindo, assim, também redes simbólicas dotadas de significados.

Ao se considerar a ABEM enquanto instituição, leva-se em conta que as instituições são criações organizadas em redes simbólicas, nas quais os sujeitos se significam e as significam como instituições através da subjetividade que permeia suas relações. É no âmbito das instituições que são produzidos significantes e significados, presentes na rede de símbolos considerados válidos pela sociedade. No processo de construção das relações dos sujeitos com os elementos que perfazem a instituição – neste caso, a ABEM –, são subjetivados aspectos coletivos que implicam a associação. Em contrapartida, a instituição também envolve os sujeitos. Essas relações entre a associação e seus membros estão imersas na dimensão social-histórica.

Assim, considerando a dimensão social-histórica de Castoriadis (1982), o ser humano é o único sujeito que pode se pensar como parte da história. Ele é história em si mesmo. É capaz de analisar as faculdades pelas quais os indivíduos se realizam na história, porque são seres históricos e têm elementos que os constituem historicamente. Esse imaginário corrobora o processo de reconhecimento de um pertencimento do sujeito à ABEM, pois, como um ser histórico e social, "se pergunta e se responde" e, nesse processo, descobre a si mesmo, valida, justifica e cria um imaginário, uma representação do que pensa que existe e do que é o existente que é respeitado.

Refletir sobre a constituição da ABEM, enquanto associação, como um lugar de pessoas que estabelecem movimentos em relação à educação musical brasileira, requer pensar sobre as significações sociais que a constituem como instituição. Seu estatuto, seu regimento interno, suas normas e suas formas organizacionais fazem parte do aparato de um conjunto de significações sociais-históricas que vêm sendo produzidas desde seu nascimento como associação.

Assim, para refletir sobre como tais movimentos ocorrem no âmbito da ABEM, pode-se considerar também que muitos desses processos estão presentes e são explicitados por meio de seu estatuto e regimento interno. O movimento de criação, discussões e produção desses documentos traduz-se como a instituição da representatividade por meio de seus associados. A associação, aquela que os representa, da qual advém um sentido de reconhecimento como instituição. Isso não ocorre apenas no momento de fundação, mas incide sobre todo e qualquer regulamento, objetivo, política institucional, demanda ou regra. Nesse sentido, toda sociedade produz seu regime de verdade, seu imaginário. Também contribuem para esse movimento de reconhecimento da ABEM como instituição as relações que ela estabelece frente a outras instituições: o governo, outras áreas de conhecimento, a educação básica, a pesquisa etc. Tais relações atuam num âmbito mais amplo do imaginário social, a própria sociedade em sua dimensão social-histórica. Nesse aspecto, a ABEM constitui-se como uma

dessas expressões dotadas de sentidos, carregando, nela mesma, significados instituídos que permeiam o imaginário das significações sociais.

5. A investigação narrativa: revisões e memórias de uma coletividade

O contexto social e histórico que antecede a fundação da ABEM remete ao início da década de 1980, durante os últimos anos do processo de abertura política e democrática do regime militar – que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Nesse período, aconteceram os primeiros doutoramentos na área de música realizados no exterior, com fomentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que retornaram ao Brasil, como se pode observar na Tabela 2, a seguir:

Doutores	Local e ano de formação	Área de concentração
José Maria Neves (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)	Université Paris IV (Paris-Sorbonne), 1976	Doutorado em Musicologia. Subsídio do governo francês.
Jorge Antunes (Universidade de Brasília – UnB)	Université Paris VIII (Vincennes-Saint-Denis), 1977	Doutorado em Estética Musical. Subsídio do governo francês e da UnB.
Ryoko Katena Veiga (Universidade Federal da Bahia – UFBA)	University of Southern California, 1980	Doutorado em Artes Musicais: *Performance*. Subsídio CAPES.
Manuel Vicente Ribeiro da Veiga Jr. (Universidade Federal da Bahia – UFBA)	University of California (Los Angeles), 1981	Doutorado em Filosofia: Etnomusicologia. Subsídio CAPES.
Estércio Marquez Cunha (Universidade Federal da Goiás – UFG)	University of Oklahoma, 1982	Doutorado em Artes Musicais: Composição. Subsídio CAPES.
Raimundo Martins (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)	Southern Ilinois University, 1982	Doutorado em Filosofia: Educação/Artes. Subsídio CNPq
Cristina Gerling (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)	Boston University, 1985	Doutorado em Artes Musicais: *Performance*. Subsídio Fulbright-CAPES.
Ilza Nogueira (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)	State Univesrity of New York (Buffalo), 1985	Doutorado em Artes Musicais: Composição. Subsídio Fulbright-CAPES.
Marisa Rezende (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)	University of California, 1985	Doutorado em Artes Musicais: Composição. Subsídio Fulbright-CAPES
Alda Oliveira (Universidade Federal da Bahia – UFBA)	University of Texas (Austin), 1986	Doutorado em Filosofia: Educação Musical. Subsídio Fulbright-CAPES
Jamary Oliveira (Universidade Federal da Bahia – UFBA)	University of Texas (Austin), 1986	Doutorado em Artes Musicais: Composição. Subsídio Fulbright-CAPES
Celso Loureiro Chaves (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)	University of Ilinois, 1988	Doutorado em Artes Musicais: Composição. Subsídio Fulbright-CAPES

Tab. 2: Primeiros doutoramentos na área de música no Brasil. Fonte: Schwan (2021: 89-90), elaborada com base na organização exposta por Nogueira (2020: min. 10).

Na época, ocorreram incentivos a doutoramentos em música no exterior, pois não havia cursos de pós-graduação em nível de doutorado em música no Brasil. A partir de 1988, os investimentos da CAPES/CNPq sinalizaram o retorno dos primeiros doutores em música, período em que foram concedidas as primeiras bolsas de pesquisa na área.

Vinculadas à dimensão da pesquisa, foram fundadas, a partir desse contexto, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM[3]) e, posteriormente, a Associação Brasileira

[3] "A ANPPOM foi fundada, em 1988, como sociedade civil sem fins lucrativos, com o intuito de promover e consolidar a pesquisa e a pós-graduação em música no país. A ideia da criação do que viria a ser a ANPPOM foi consolidada durante o Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e o Ensino Musical (SINAPEM), realizado em 1987, na

de Educação Musical (ABEM). Oliveira (2018) contextualiza o cenário e os desdobramentos do período anterior à constituição dessas associações relacionando o movimento musical ocorrido na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Escola de Música da mesma instituição como potencializador de ideias e articulações entre os profissionais que seriam os responsáveis pelas respectivas fundações.

Nas palavras de Oliveira (2018: 115): "várias articulações pedagógicas foram construídas nesse momento mágico, interligando experiências dos alunos com o conhecimento de vanguarda desenvolvido no mundo". Assim, a autora ressalta a influência das ideias e propostas pedagógico-musicais vigentes entre professores, estudantes e músicos ligados à UFBA, que se materializaram no ano de 1987:

> A partir do evento intitulado Simpósio Nacional sobre a Problemática da pesquisa e do Ensino Musical (SINAPEM), organizado por Ilza Nogueira na Paraíba, em 1987, um grupo de pós-graduados em música, liderados por participantes que tiveram experiências criativas na Bahia, iniciou o movimento inicial de consolidação da área de Música, culminando com a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM), em Brasília, no ano de 1988. Como se pode observar, o movimento criativo da escola da Bahia deixou rastros e marcas que se estendem até a atualidade (OLIVEIRA, 2018: 116).

O Simpósio Nacional sobre a Problemática da Pesquisa e do Ensino Musical (SINAPEM), realizado com auxílio do CNPq, foi um importante marco para a educação musical brasileira, pois congregou interesses comuns relacionados à formação musical, à pesquisa e à pós-graduação em música, formalizando e instituindo a ANPPOM, como também registrado no *site*[4] da associação.

No mesmo período, havia necessidade de criação e de organização da área de música no país, incorporando estratégias de diálogo, ação e suporte entre os profissionais que estavam ligados ao contexto formativo para a música nas universidades brasileiras e os órgãos governamentais responsáveis pela administração e desenvolvimento do ensino, pesquisa e cultura.

A criação da ANPPOM estimulou diversas articulações entre pesquisadores, músicos e professores, potencializando a organização da área de música e das subáreas a ela vinculadas. Com a fundação dessa associação, a dimensão da pesquisa começou a se desenvolver, e a articulação entre profissionais e pesquisadores impulsionou a área de música a alcançar representatividade frente a órgãos governamentais[5], a outros pares da área de artes e às instituições como um todo. Cabe destacar que a criação da ANPPOM e, posteriormente, da ABEM, juntamente com a proeminência da música na representação da área de artes junto

Universidade Federal da Paraíba, com o propósito de discutir a formação musical no país, em todos os seus níveis. O Simpósio contou com a participação de diversas instituições de ensino superior e instituições de ensino de música, além de representantes do CNPq, da CAPES e de secretarias dos Ministérios da Educação e da Cultura. Dentre as propostas resultantes do SINAPEM estava a criação de uma Sociedade Brasileira de Educação e Pesquisa Musical. A proposta foi encaminhada ao CNPq em setembro de 1987, e, em abril de 1988, foi realizada, em Brasília-DF, a reunião de fundação da ANPPOM, sob os auspícios da Direção de Ciências Humanas e Sociais do CNPq. Assinaram a ata dessa reunião os seguintes associados fundadores: Alda Oliveira, Cristina Magaldi, Estércio Marques Cunha, Ilza Nogueira, Jamary Oliveira, Jorge Antunes, Manuel Veiga, Marisa Rezende e Raimundo Martins. A primeira presidenta da ANPPOM, eleita pelos associados fundadores, foi a Profa. Dra. Ilza Nogueira, da UFPB" (ANPPOM, [s.d.]).

[4] Disponível em: <https://anppom.com.br/historico-da-anppom/>. Acesso em: 12 set. 2020.

[5] Nas palavras de Oliveira (2018: 118): "Eu [Alda Oliveira] (UFBA), Liane Hentschke (UFRGS), José Adolfo Moura (Minas Gerais) e, depois, Maria Lúcia Pascoal (UNICAMP) estivemos muito envolvidos, nesta época difícil, com os trabalhos de reconhecimento das áreas de artes como especialidades, desenvolvidos no âmbito da Comissão de Especialistas da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (CEE-ARTES e depois CEE-Música). Esse trabalho de base foi fundamental para que as instituições de ensino fizessem oferta de cursos na especialidade musical, em vez de cursos de educação artística".

ao CNPq, como se pode observar na Tabela 3, a seguir, influenciaram o respeito das agências governamentais e a representatividade conquistada pela área de música ao longo dos anos.

Período	Representantes
1984-1988	Manoel Vicente Ribeiro da Veiga Jr.
1989-1991	Jamary Oliveira
1993-1995	Raimundo Martins
1995-1997	Ilza Nogueira
1997-1999	José Maria Neves
1999-2002	Não tivemos representante da área de música
2002-2004	Cristina Gerling
2004-2007	Maurício Alves Loureiro
2007-2010	Celso Loureiro Chaves
2010-2013	Fernando Iazzetta
2013-2016	Didier Guigue
2016-2019	Luciana Marta Del Ben
2019-2022	Maurício Alves Loureiro

Tab. 3: Representantes de música no Comitê de Assessoramento/Artes do CNPq.
Fonte: Schwan (2021: 95).

Iniciou-se um processo de crescimento da produção científica da área de música, no qual se ampliaram as discussões e estudos entre os profissionais. Esse crescimento fez emergir novas demandas de trabalho, levando à necessidade de especialização em determinados campos de acordo com as propostas levantadas.

Para além do fortalecimento da pesquisa e da representatividade junto aos órgãos governamentais, a ampliação das discussões e a especificidade de campos do conhecimento exigiu a organização da área da música em subáreas. A primeira subárea foi a da educação musical.

> Em 1991, os principais articuladores da subárea de Educação Musical fundaram, em Salvador, a ABEM para focalizar os diversos assuntos pertinentes ao ensino musical nos vários níveis de ensino e contextos socioculturais, sem deixar, no entanto, de estar sempre associada à ANPPOM. Mais tarde foram também criadas a ABET[6], a TeMA[7] e a ABRAPEM[8].

[6] "Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET) – Criada durante o 36º Congresso do International Council for Traditional Music (ICTM), realizado no Rio de Janeiro em julho de 2001, a ABET tem como objetivos a promoção da etnomusicologia, o estímulo à pesquisa, o encorajamento à organização e à preservação de documentos etnomusicológicos, o intercâmbio com associações congêneres no Brasil e no exterior e a organização de uma reunião bianual para divulgação de trabalhos e pesquisas na área. Pesquisadores, professores universitários, estudantes de pós-graduação e graduação constituem as principais categorias de participantes dos Encontros da ABET" (ABET, [*s.d.*]). Acesso em: 1º dez. 2023.

[7] "Associação Brasileira de Teoria e Análise Musical (TeMA) – Concretiza as aspirações e a determinação de pesquisadores do campo de estudos teórico analíticos, que veem nessa organização um meio eficaz de fortalecer o entrosamento de pares, dinamizar os estudos teórico-musicais e desenvolver a literatura específica no país. Projetada lenta e consequentemente a partir de julho de 2012 (fórum do IV Encontro de Musicologia de Ribeirão Preto, USP/RP), oficializou-se em 10 de novembro de 2014, durante seu I Congresso, realizado pela Escola de Música da Universidade Federal da Bahia, com a colaboração parceira do Laboratório de Composição Musical (COMPOMUS) da Universidade Federal da Paraíba e da Oficina de Composição Agora (OCA) de compositores baianos. A partir de então, definem-se ações políticas e atividades intelectuais que irão orientar os rumos da pesquisa em teoria e análise musical no Brasil" (TEMA, [*s.d.*]). Acesso em: 1º dez. 2023.

[8] "A ABRAPEM, é uma associação sem fins lucrativos, de cunho eminentemente social, voltada para a performance musical e atividades de pesquisa e ensino a ela relacionadas, fundada em Assembleia Geral de Músicos, Professores e

> A existência das demais associações das subáreas (educação musical, etnomusicologia, práticas interpretativas e teoria da música) tem estimulado trabalhos nessas especialidades e conexões com a ANPPOM (OLIVEIRA, 2018: 116-117).

De modo mais específico, o período inicial de constituição da ABEM foi acompanhado por reflexões e aspirações coletivas dos profissionais ligados à área da música, especialmente em relação à pesquisa e ao ensino. Oliveira (1992) destaca que a ABEM, como associação, é oriunda de perspectivas para a educação musical que vinham sendo discutidas por um grupo de educadores no âmbito da ANPPOM.

Em 1991, na Escola de Música da UFBA, ocorreu a *VII Semana de Educação Musical*, que "embora pouco ambiciosa em termos de abrangência nacional, [...] pode ser considerada a semente geradora da ABEM" (OLIVEIRA, 2012: 18). A organização da *Semana* congregou vários profissionais, associações, como a ANPPOM, setores políticos e outros setores da sociedade. Naquele momento, o foco principal de ações esteve ligado às discussões em torno da problemática do ensino de música no país.

Nesse contexto organizacional, com aspirações e interesses comuns de um grupo de educadores constituído nesse cenário de intercâmbio entre profissionais ligados a instituições de ensino superior, Secretarias de Educação, ANPPOM, entre outros, foi criada a ABEM enquanto associação. Oliveira (1992: 39) contextualiza esse fato:

> Em 22 de agosto de 1991, durante o IX Seminários Internacionais de Música, o I Simpósio Brasileiro de Música e a VII Semana de Educação Musical foi criada a Associação Brasileira de Educação Musical, filiada à ANPPOM, que pretende promover a educação musical no país através da implantação gradativa de encontros para atualização dos profissionais, documentar e divulgar trabalhos na área e estimular a integração e o desenvolvimento das iniciativas regionais, aliada aos objetivos de consolidação da área de Música como um todo.

Os processos que levaram à criação da ABEM são decorrentes de uma série de fatores, conjunturas e cenários que começaram a ser delineados e articulados pelos protagonistas dessa história da instituição, muito antes de sua fundação. O cenário que se apresentava, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, foi crucial para o seu nascimento.

Raimundo Martins (2020), sobre a criação do comitê da área de artes no CNPq, contextualiza em sua narrativa:

> Então eu estava na UFRGS e, eu acho que daí a um ano e pouco, assumi, fui eleito para a coordenação do Departamento de Música. Estou tentando contextualizar as coisas para você. Nesse período recebemos no Instituto de Artes da UFRGS a visita do Sílvio Zamboni. O Sílvio Zamboni era um funcionário do CNPq e desenvolvia atividades artísticas na área de pintura. Ele assessorava um comitê no CNPq. Não havia comitê da área de artes, mas o CNPq estava preocupado, as outras áreas de conhecimento já tinham comitê de área, mas as áreas de música, de artes visuais e de cênicas, ou seja, a área de artes, de maneira geral, não tinha comitê e não esboçava esse tipo de interesse. Eram poucos doutores no país. Não tenho certeza, mas acho que eu fui o segundo ou o terceiro doutor na área de artes no país. Em termos de formação, na área de artes ainda não havia preocupação ou interesse pela pesquisa. Na reunião promovida pelo CNPq e realizada no Instituto de Artes da UFRGS participaram representantes da área de artes visuais, do teatro e da música. Eu participei daquela reunião como representante da área de música. Compreendi, de imediato, a importância da reunião. Mas havia resistência, havia desinteresse. A formação artística naquela época nos cursos de graduação tinha uma ênfase quase que exclusiva na prática. A formação teórica era algo complementar, periférico, e a pesquisa era algo inexistente (MARTINS, 2020: 1-2).

Alunos de música, realizada em 30 de agosto de 2012, na cidade de João Pessoa/PB, que terá duração por tempo indeterminado, como sede permanente no Município de Goiânia" (ABRAPEM, [s.d.]). Acesso em: 1º dez. 2023.

Em 1987, quando foi realizado o SINAPEM, havia onze doutores em música no país. Nessa conjuntura, ocorreu a organização de um grupo de pesquisadores pós-graduados, dando início a um processo instituinte que, entre outros frutos, conduziria, posteriormente, à fundação da ABEM. Sobre esse contexto inicial, Alda Oliveira relata:

> A ABEM, eu considero ela a minha filhinha querida… [risos] Minha filhinha realmente querida. Por quê? Deixa eu lhe contar o iniciozinho de tudo. Nós lutamos muito para a construção de um grupo de pesquisadores pós-graduados que trabalhassem não só academicamente, mas politicamente para o fortalecimento da área de música em geral. Para isso, Ilza Nogueira organizou o SINAPEM contando com a participação de alguns pós-graduados no exterior... Todos esses que eu vou citando estavam envolvidos. Eu e Jamary estávamos bastante envolvidos, especialmente Jamary com sua experiência político-administrativa. Então um grupo pequeno de pós-graduados, estava unido nesse propósito. Não foi mérito de um, de dois, de três. Foi de um grupo na época. Mas Ilza liderou a questão de organizar o SINAPEM na Paraíba, conseguiu financiamento, conseguiu tudo. Então desde aí começaram as raízes das conexões para a construção de caminhos institucionalizados para consolidação da área de música, porque nós não tínhamos nada no CNPq. Não existia a música no CNPq. Só existia a música, em termos acadêmicos, no nível da graduação. Então, no SINAPEM, o grupo começou a conversar sobre essa questão de que não tínhamos associação, não tínhamos nada. Mas não foi nada organizado nesse sentido no SINAPEM (OLIVEIRA, 2020: 1).

Com o desejo da criação de uma área reconhecida no CNPq, o SINAPEM foi fundamental para a constituição de um espaço de diálogo entre os primeiros pesquisadores pós-graduados e a mobilização e organização de diversas frentes de trabalho.

> Como resultado dessa reunião, o CNPq planejou e convocou vários representantes das diferentes áreas, doutores e mestres que eram poucos. Na área de música, foram convocados representantes do Sudeste, do Sul, do Nordeste e do Centro-Oeste. Na região, Norte não havia mestres nem doutores. Eu fui representando a região Sul. Acho que eu era o único representante do Sul. Quem liderou essa organização foi a professora Ilza Nogueira, da Federal da Paraíba. O grupo da Bahia era muito forte com a participação de Manuel da Veiga, Jamary de Oliveira e a Alda. Em Porto Alegre, na UFRGS, estávamos começando, tentando organizar a proposta de um curso de mestrado em música. Então, o CNPq financiou esse encontro (MARTINS, 2020: 2).

Em decorrência do SINAPEM, no ano seguinte, em 1988, foi fundada a ANPPOM

> Então, depois do SINAPEM, Ilza organizou outro grupo, que era o mesmo grupo, basicamente, para construir a ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. Onde íamos realizar o evento? Tinha que realizar num lugar que tivesse efeito político. Então a intenção foi voltada para Brasília. Brasília receberia. Lá foi organizado o evento que resultou na ANPPOM: eu fui a primeira secretária, Ilza era a presidente. Então eu trabalhei como primeira secretária, escrevia as atas e participava de todas as reuniões. Eu vi tudo desde o comecinho, registrava tudo. Então eu fui pegando esse gosto por institucionalizar nossas ações e políticas. Eu já estava aprendendo, porque a gente aprende em todos os lugares (OLIVEIRA, 2020: 1).

Raimundo Martins narrou:

> Ficamos três ou quatro dias em Brasília, na sede do CNPq com todo assessoramento, inclusive com o apoio e a ajuda do Sílvio Zamboni. Nessa reunião, foi esboçada a ideia de uma associação profissional na área de música que se chamaria ANPPOM. Foi a primeira associação, digamos, profissional na área de artes, com o apoio do CNPq. Ainda nessa reunião, Alda e eu começamos a conversar sobre a possibilidade de criar uma Associação Brasileira de Educação Musical que seria fruto, resultado dessa iniciativa do CNPq, com a expectativa de que o CNPq também apoiasse [...] Então a ideia vem desse encontro que foi fomentado e financiado pelo CNPq. Nós ficamos quatro dias trancados lá discutindo, aí criou-se uma agenda para preparar o estatuto da ANPPOM. Foram

> criadas várias comissões. Daí a mais ou menos seis ou oito meses, o material estava pronto. Com o material pronto, houve mais um encontro do CNPq para mostrar tudo o que tinha sido feito. A agência fez algumas sugestões e confirmou/aprovou a proposta de criação da ANPPOM como associação representante para fomentar o desenvolvimento em pesquisa na área de Música. Assim foi criada a ANPPOM, com apoio do CNPq, no segundo encontro. A partir daí, começamos a conversar sobre a questão da ABEM (MARTINS, 2020: 2).

O contexto de criação da área de música no Brasil esteve relacionado com a institucionalização dos cursos de pós-graduação, a exemplo dos primeiros mestrados[9] ainda na década de 1980. Nessa conjuntura de nascimento da pós-graduação em música no país, emergiram perspectivas que se relacionam à gênese de criação da ABEM. Para Raimundo Martins (2020: 2-3):

> Então, nesse momento havia o mestrado em educação musical do Conservatório Brasileiro de Música, que foi o primeiro mestrado em educação musical do país. Durante alguns anos ele foi não só o primeiro, mas o único mestrado. O grupo da Bahia estava se organizando, e nós lá no Sul também começamos a nos organizar. Quando a ABEM foi criada.... Depois disso houve um encontro, o primeiro encontro da ANPPOM, foi lá na Federal da Paraíba. A professora Ilza localizou os convidados de fora do país. Nós conversamos mais um pouco sobre a questão da criação da ABEM e, um pouco mais para frente... eu não tenho essas datas assim com clareza... havia três mestrados no país. Era o do Conservatório Brasileiro de Música, que foi o primeiro, havia o mestrado da Bahia e havia o mestrado da Federal do Rio Grande do Sul, que tinha sido recém-criado; eram três mestrados. Então, no ano seguinte, provavelmente dois ou três anos depois da criação da ANPPOM.... O primeiro encontro da ANPPOM foi na Federal da Paraíba, o segundo foi na Bahia[10], eu acho que dois anos depois, alguma coisa assim, e nesse encontro nós criamos a ABEM.

Além do contexto de nascimento dos cursos de pós-graduação, no âmbito da academia, surgiram discussões sobre mudanças de paradigmas educacionais que transitavam de um ensino mais tradicional para outras perspectivas contemporâneas.

Ao mesmo tempo que novas perspectivas de ensino foram ganhando espaço no ambiente acadêmico, no país, "já existia um movimento de educação musical forte, da Funarte [Fundação Nacional de Artes], que é importante que se saiba [que] não deixa de ser uma esteira que trouxe as pessoas que se agregaram à ABEM" (KLEBER, 2020: 2). Ao longo da década de 1980, a Funarte promoveu seminários de educação musical em várias regiões do país. "Então a Funarte, na década de 80, inicia os Seminários de Educação Musical no Brasil todo, e Londrina é escolhida como polo, justamente por ter essa efervescência de pessoas que tinham e queriam uma nova visão" (KLEBER, 2020: 3). Os Seminários de Educação Musical, naquele período, eram promovidos pela Coordenadoria de Educação Musical da Funarte. Assim como em outros estados:

---

[9] O primeiro mestrado na área de música foi o Mestrado em Musicologia, Etnomusicologia e Educação Musical, do Conservatório Brasileiro de Música, criado em 1983 (CBM, [*s.d.*]). "O Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes da UFRGS foi criado em 1986, sendo o primeiro Programa de Pós-Graduação em Música da região Sul do Brasil. As atividades do curso de Mestrado em Música tiveram início em 1987 com duas áreas de concentração: Práticas Interpretativas e Educação Musical" (PPGMUS/UFRGS, [*s.d.*]). O Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia UFBA (PPGMUS) foi criado em 1990, com o curso de mestrado em 1990 e, posteriormente de doutorado em 1997: "Esse movimento resultou da visão do Reitor Edgard Santos e da criação das escolas de arte da Universidade Federal da Bahia na década de 50, com forte acento vanguardista. Em música, coube a Hans Joachim Koellreutter e posteriormente Ernst Widmer, a liderança nesses primeiros anos. Responde, assim, ao entrelaçamento de linhas que nortearam a própria criação e consolidação dos antigos Seminários de Música da UFBA (1954), tais como: a qualidade da execução, o desafio da criação e memória musical no Brasil, o compromisso com os processos de educação e a consciência da diversidade cultural baiana e brasileira" (PPGMUS/UFBA, [*s.d.*]).

[10] Os documentos sinalizam que o encontro realizado na Universidade Federal da Paraíba, em 1987, foi o SINAPEM e que o primeiro encontro da ANPPOM ocorreu em Salvador-BA, em 1988.

> Londrina foi um polo desses Seminários de Educação Musical da Funarte na década de [19]80 e foi muito importante porque esses seminários foram as primeiras oportunidades que abriram para pianistas para uma educação libertadora, como Paulo Freire já pregava naquele tempo. Então o que começou a mudar na perspectiva? Começamos a questionar o jeito de a gente estudar piano todo dia, a partir do repertório do século XVI, sempre mediante a repetição de modelos, sem utilizar a voz, e eu não sabia o que é que vinha antes do século XVI, porque a gente começava em Bach. Isso começou a gerar uma inquietação danada em todo mundo aqui. E na década de 80 tivemos a vinda de Koellreutter em Londrina, uma vez por mês e por dois anos tivemos a oportunidade de trabalhar tanto a estruturação como a educação musical a partir de uma perspectiva questionadora. Isso fez toda a diferença para o que nos tornaríamos futuramente (KLEBER, 2020: 2-3).

Em meio a contextos de mudanças de paradigmas educacionais, nos quais outras perspectivas de ensino ganhavam espaço frente ao ensino tradicional de música, no caso narrado, de aprendizado de instrumento, os Seminários de Educação Musical da Funarte contribuíram para um novo cenário no país. Outros espaços de discussão e, sobretudo, de concepções de educação musical favoreciam intercâmbios e diálogos entre professores de música, pesquisadores e educadores musicais, colaborando também para o surgimento das futuras associações na área da música ao final da década de 1980 e início dos anos 90. Alda Oliveira relata:

> Quando a gente criou a ANPPOM, a gente quis que no evento da ANPPOM várias pessoas estivessem, etnomusicólogos, compositores, pianistas, para discutir assuntos importantes da área de música. Porque música é uma coisa tão disciplinada, é uma carreira em que você tem que estar tanto ciente do valor estético, como do social, como da teoria que envolve a música e da parte pedagógica: é um conjunto de coisas. Claro que você tem suas especialidades, as especialidades existem há séculos e séculos e você não vai desconhecer. Você não é capaz de fazer tudo ao mesmo tempo, mas você tem que estar ciente de que existem esses terrenos multifacetados que você vai ter que, pelo menos, compreender e respeitar, porque senão, a área não sobrevive (OLIVEIRA, 2020: 11).

Nesse sentido, havia uma preocupação em integrar a multiplicidade das especificidades da área da música.

No período, ainda estava em vigência a Lei nº 5.692/1971, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A formação predominante era a polivalência, e a música, quando presente em algum contexto escolar, apresentava funções relacionadas ao lazer ou recreação, não alcançando lugar na educação com objetivos educacionais próprios.

Com a fundação da ANPPOM, a área de música e seu cenário de pesquisa no país começaram a ser delineados. Foram organizados os primeiros eventos científicos e periódicos especializados[11]. Os profissionais que estavam se articulando nesses espaços, ainda instituintes, tinham sua atuação profissional, principalmente na esfera das universidades. Os movimentos e as aproximações entre os profissionais também foram sendo construídos e vinculados no âmbito das instituições de ensino superior.

> Raimundo era professor aqui no Rio Grande do Sul, e Alda era professora na Bahia. Eu acho que essa aproximação se deu, primeiro por pessoas, porque Raimundo Martins estava na UFRGS e Alda na UFBA; e, também, historicamente, foram as universidades que tiveram suas primeiras pós-graduações nas universidades federais e doutorado também. Então eu acho que essas aproximações se deram por meio de pessoas e o contato dessas pessoas demandou convites e aproximações. Alda e Jamary, seu esposo, vinham muito aqui em Porto Alegre, os professores daqui da UFRGS também iam muito na UFBA (SOUZA, 2019: 25).

[11] Em 1989, foi publicado o volume 1 da revista *Opus*, tendo Raimundo Martins como seu editor.

Diversas ações e articulações vinham ocorrendo dentro dos espaços acadêmicos, e as associações nasceram apoiadas por esses movimentos.

> A ABEM nasceu e se fortaleceu com uma gênese muito ligada à universidade, à academia, porque foi quando, na época, os primeiros doutores voltaram do exterior. Havia um movimento já no Brasil e como exemplo posso citar a professora Alda de Oliveira, que fazia seminários de educação musical em Salvador, eu até fui em alguns, eram muito bons. Ela trazia pessoas importantes do Brasil e também da América Latina como a Violeta Gainza, professor Raimundo Martins, a Jusamara, depois a Liane... Então, isso a Alda vai te dizer com mais propriedade, mas eu também participei ainda muito jovem e foi um mundo se descortinando para mim: a educação musical como campo de conhecimento e não tão somente uma prática instrumental. Nesse seminário que aconteceu em Salvador em 1990, se não me engano, deflagrou-se uma discussão com os professores da área, e Alda sentiu que havia a condição para fundar a Associação Brasileira de Educação Musical. Então foi um momento muito importante, porque congregou pessoas em um movimento que já acontecia na área (KLEBER, 2020: 1).

Naquele momento, em que diálogos e articulações para a organização de uma área de conhecimento foram sendo construídos, deflagraram-se movimentos instituintes entre os profissionais que almejavam a criação de uma instituição voltada à educação musical.

> A partir do movimento em direção à pesquisa científica e à criação dos programas de mestrado e doutorado no país e com a conscientização da importância da formação de professores de música em todos os níveis de ensino, formou-se uma consciência de que apesar da ANPPOM ser um fórum de discussão eficaz, o escopo dos problemas relacionados à educação musical precisava de mais espaço e atenção. A partir daí surgiu a necessidade de criar-se uma associação específica em educação musical, a ABEM (FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2007: 55).

Processos de compreensão sobre a importância da fundação de uma associação foram sendo constituídos entre os indivíduos que se sentiam simbolicamente pertencentes a esse grupo. Frente ao desafio da criação da ABEM, e reconhecida a importância da institucionalização para a educação musical, houve um entendimento por parte desse grupo sobre a necessidade de construção de força política e desenvolvimento acadêmico e científico.

Embora os primeiros encontros entre os pesquisadores pós-graduados sinalizassem alguns movimentos para a organização de uma área que viria a ser nacionalmente reconhecida, ainda havia a necessidade do estabelecimento de estratégias de suporte de produção científica nacional que potencializassem e contribuíssem para a organização que estava em curso nos contextos formativos das universidades brasileiras. Nesse sentido, no dia 22 de agosto de 1991, foi realizado o I Simpósio Brasileiro de Música, no qual foi constituída a assembleia de criação da ABEM:

> Aí a gente começou a conversar e, nesse simpósio que o Manoel Veiga coordenou dentro da Escola de Música [(EMUS)], eu preparei um regimento, baseado no regimento da ANPPOM, que a gente já sabia de cor e salteado e fiz, dentro do simpósio, uma assembleia, contando com todo apoio da coordenação do Simpósio e da direção da Escola. Foi ótimo! Porque já vinham para o Simpósio pessoas convidadas de teoria, de instrumento, de etnomusicologia, de educação musical, instrumentistas bons do Brasil, então, a presença das pessoas foi fundamental. Então veio gente do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro... uma coisa assim… foi ótimo! Quando a gente fez a assembleia e explicou tudo, todo mundo aprovou, todo mundo aprovou a fundação da ABEM. Me elegeram presidente… a primeira diretoria foi composta de meu nome, Ana Margarida Lima, que era esposa de Paulo Lima, diretor da EMUS. Ana Margarida era coordenadora do colegiado, Helena Escariz, que era da associação local APEMBA [Associação de Professores de Educação Musical da Bahia], a instituição que eu lhe falei anteriormente, e Ana Cristina Tourinho, da subárea de violão, que foi minha primeira aluna de educação musical na pós-graduação (OLIVEIRA, 2020: 5).

A partir da fundação da ABEM, começou a ser organizado seu primeiro encontro, sendo escolhida a cidade do Rio de Janeiro para sua realização, um ano depois.

> Quando eu tive que organizar o primeiro encontro da ABEM, eu pensei… isso aí foi ideia minha mesmo… eu disse: "eu vou realizar no Rio", porque o Rio era um centro importantíssimo para gente conquistar… histórica e musicalmente, a cidade do Rio é muito importante… Já tinha grandes figuras Cecília Conde, José Maria Neves, o Conservatório Brasileiro de Música, a Escola da UFRJ… uma história muito bonita… e aí eu disse "nós temos que ir para lá". Então eu perguntei quem é que queria organizar o congresso. A educadora dedicada à história da música, Rosa Fuks, se prontificou, porque ela gostava muito do movimento que estava sendo desenrolado… já tínhamos conhecimento do trabalho dela. Formamos um grupo para estruturar o primeiro encontro da ABEM no Rio de Janeiro, no espaço da UFRJ (OLIVEIRA, 2020: 6).

Naquele contexto, emergiram outras possibilidades para pensar e propor avanços para a educação musical em âmbito nacional. Iniciava-se, assim, a organização do I Encontro Anual da ABEM, que propunha uma forma diferente de ação, na medida em que "o evento deveria inaugurar o seu foco na apresentação de trabalhos de pesquisa, diferente do que se vinha realizando em educação musical no país, na época" (OLIVEIRA, 2012: 20), mantendo "o foco do evento no tripé pesquisa em formação pedagógica do educador musical, pesquisa em extensão cultural e musical na escola e pesquisa na formação musical do educador musical" (OLIVEIRA, 2012: 20). A partir daquele cenário, foi organizada, então, a primeira diretoria da ABEM, reunindo um coletivo de sujeitos com diferentes funções.

Os processos de institucionalização da associação foram e são permeados por significações imaginárias sociais, cujos sentidos coletivos estão acima dos sentidos individuais. Estabeleceram-se, assim, redes de significação sociais que são compartilhadas, instituindo certas unidades de sentido coletivas. Essas unidades estiveram relacionadas às articulações e diálogos entre os sujeitos que tomaram a liderança das ações, implicados em processos de decisão. O contexto social-histórico dos movimentos que a educação musical articulou em vários lugares do país contribuiu para fomentar processos instituintes que levaram à fundação da ABEM. Sua fundação e consolidação no decorrer da história referenda a seriedade e o compromisso dos pioneiros da educação musical, que se reuniram para tornar o movimento fortalecido em várias bases, constituindo representatividade para a educação musical em diversas frentes ao longo de sua existência. Seus movimentos contribuíram para o crescimento da educação musical no Brasil e para o fortalecimento dos âmbitos da pesquisa, ensino, articulação política e governamental.

Considerações finais

A construção de uma interpretação da ABEM através das memórias compostas por narrativas de suas presidências foi uma das possibilidades para pensar como a instituição foi constituída. As narrativas foram mecanismos vivos de reflexão e acesso à memória, localizadas em tempos e espaços sociais e históricos, que assumiram sentidos e as significações imaginárias sociais no ato de narrar, interpretações que as palavras ofereceram sobre aquela realidade vivenciada e ressignificada pela dimensão do simbólico. Assim, pensar a ABEM através do imaginário social é considerar que sua criação movimenta sentidos e significados instituídos pelos sujeitos, mas também apresenta a possibilidade, o instituinte, a imaginação criadora (CASTORIADIS, 1982), presente ao longo de seu processo histórico e social.

As narrativas mostraram que a ABEM sempre esteve articulada a um conjunto de associados com aspirações, causas e propostas comuns. Inicialmente, houve a necessidade de criação e organização da área de música no país, o que estimulou diálogos e ações entre os profissionais, especialmente aqueles vinculados ao contexto das universidades, e os órgãos governamentais relacionados à administração e ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e cultura. Com a criação da área de música, iniciou-se um processo de crescimento e organização da produção científica, que levou à necessidade de especialização em determinados campos do conhecimento e à estruturação em subáreas, sendo a educação musical a primeira a se organizar.

Como o contexto de organização da área de música no Brasil em associações esteve relacionado com a institucionalização dos cursos de pós-graduação, as narrativas sugerem que também a ABEM foi fundada tendo um grande vínculo com a dimensão da pesquisa. A organização dos primeiros eventos científicos e periódicos especializados da área representava, naquele momento, ainda um movimento instituinte (CASTORIADIS, 1982), que articulava diálogos entre os profissionais atuantes, principalmente, na esfera das instituições de ensino superior. Assim, foram estabelecidos processos simbólicos de compreensão que reconheceram a importância da institucionalização para o campo da educação musical, evidenciando necessidades de construção de ações educacionais, de representatividade política e de desenvolvimento acadêmico e científico.

Se, por um lado, existia a necessidade da criação de estratégias de suporte para a produção científica nacional, o que acabou posteriormente contribuindo para potencializar a organização dos contextos formativos das universidades brasileiras, por outro, os referenciais teórico-metodológicos e as práticas careciam da incorporação de elementos contextuais da cultura brasileira. Nesse sentido, o contexto inicial, escasso de uma literatura nacional em educação musical, motivou, como objetivo da ABEM, o fomento da produção científica nacional.

Acompanhando o movimento de expansão da pós-graduação brasileira, a ABEM avançou em direção à organização e divulgação científica, criando espaços como seu principal periódico, a *Revista da ABEM*, e estimulando a publicação científica e a difusão do conhecimento em educação musical.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ETNOMUSICOLOGIA (ABET). [*s.d.*]. Disponível em: <http://www.abet.mus.br/>. Acesso em: 9 out. 2022.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *História da Educação*, Pelotas, n. 14, p. 79-95, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30223/pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PERFORMANCE MUSICAL (ABRAPEM). [*s.d.*]. Disponível em: <https://abrapem.org/sobre/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA (ANPPOM). *Histórico*. [*s.d.*]. Disponível em: <https://anppom.com.br/historico-da- anppom/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, [*s. n.*], p. 6377, 12 ago. 1971.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, [s. *l.*], v. 28, n. 1, p. 11-30, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100002&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 set. 2022.

CARVALHO, Flávio José de. *A constituição da subjetividade em Cornelius Castoriadis*: a relação psique e sociedade. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6332/1/arquivo6765_1.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 2: Os domínios do homem.

CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA. *Institucional*. [*s.d.*]. Disponível em: <http://www.cbmmusica.edu.br/instituicao.php>. Acesso em: 4 set. 2022.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de; OLIVEIRA, Alda de Jesus. A Associação Brasileira de Educação Musical: 15 anos de história. *In*: OLIVEIRA, Al.; CAJAZEIRAS, R. (org.). *Educação musical no Brasil*. Salvador: P&A, 2007. p. 53-64.

KLEBER, Magali Oliveira. Entrevista concedida a Ivan Carlos Schwan em 15 jan. 2020. Entrevista narrativa, 38p. Arquivo de áudio em formato mp3.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O trabalho com narrativas na investigação em educação. *Educação em Revista*, [*s l.*], v. 31, n. 1, p. 17-44, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000100017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 abr. 2019.

LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro. *Sentidos do trabalho*: a educação continuada de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARTINS, Raimundo. Entrevista concedida a Ivan Carlos Schwan em 17 set. 2020. Entrevista narrativa, 14p. Arquivo de áudio em formato mp3.

NOGUEIRA, Ilza. Encontro 30+30: Mesa perspectivas históricas e projeções futuras para a pesquisa em música. [*S. l.*]: [*s. n.*], 2020. 1 vídeo (2h7min16s). Publicado pelo canal Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X178r67UrE4>. Acesso em: 9 out. 2022.

OLIVEIRA, Alda de Jesus. A educação musical no Brasil: ABEM. *Revista da ABEM*, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 35-40, 1992. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/513>. Acesso em: 14 set. 2022.

OLIVEIRA. Alda de Jesus. ABEM: 20 anos de construção coletiva para a consolidação do ensino de música no Brasil. *Revista da ABEM*, [*s. l.*], v. 20, n. 28, p. 15-26, 2012. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/100>. Acesso em: 12 set. 2022.

OLIVEIRA, Alda de Jesus. Entrevista concedida a Ivan Carlos Schwan em 5 fev. 2020. Entrevista narrativa, 24p. Arquivo de áudio em formato mp3.

OLIVEIRA, Alda de Jesus. Entroncamentos e ramificações sonoro-político educacionais: entro-ramifica-sons na ANPPOM. *In*: LIMA, S. R. A.; ULHÔA, M. T. (org.). *ANPPOM*: 30 anos de criação. Edição comemorativa. São Paulo: ANPPOM, 2018. p. 114-131. Disponível em: <https://anppom.org.br/wp-content/uploads/2020/03/anppom-30anos-de-criacao.pdf>. Acesso em: 9 out. 2022.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de; FACCO, Samara; DEUS, Ana Iara Silva de. O lugar do imaginário na formação de professores e a criação de avatares na universidade. *Momento:* diálogos em educação, Rio Grande – FURG, v. 28, n. 1, p. 381-396, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8153/5800>. Acesso em: 4 mai. 2019.

PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene Lélia Souza do; OLIVEIRA, Roberta Ceres Antunes Medeiros de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. *Revista Lusófona de Educação*, [*s. l.*], v. 33, n. 33, p. 111-125, 2016. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5682>. Acesso em: 22 set. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (PPGMUS/UFBA). *Histórico*. [*s.d.*]. Disponível em: <https://ppgmus.ufba.br/historico>. Acesso em: 14 set. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (PPGMUS/UFRGS). *Apresentação*. [*s.d.*]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgmusica>. Acesso em: 4 set. 2022.

SCHWAN, Ivan Carlos. Movimentos da ABEM para a educação musical no Brasil: imaginários sociais em construção pelas narrativas de presidentes. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23754>. Acesso em: 21 set. 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. *Educação*, [*s. l.*], v. 39, n. 1, p. 39-50, 2014. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveducacao/article/view/11344>. Acesso em: 9 out. 2022.

SOUZA, Jusamara Vieira. Entrevista concedida a Ivan Carlos Schwan em 28 out. 2019. Entrevista narrativa, 30p. Arquivo de áudio em formato mp3.

SOUZA, Zelmielen Adornes de. *Aproximações e distanciamentos na docência virtual em música*: narrativas de professores formadores em cursos de Pedagogia da UAB. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13610/TES_PPGEDUCACAO_2018_SOUZA_ZELMIELEN.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TEORIA E ANÁLISE (TEMA). *Apresentação*. [*s.d.*]. Disponível em: <https://tema.mus.br/institucional/>. Acesso em: 14 set. 2022.

Ivan Carlos Schwan possui Graduação em Música-Licenciatura Plena (2007/UFSM), Mestrado em Educação (2009/UFSM) e Doutorado em Educação (2021/UFSM), pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Atualmente é coordenador do curso de Especialização em Metodologias e Práticas para a Educação Básica, professor efetivo; presidente do Núcleo de Arte e Cultura - NAC; presidente do Programa Permanência e Êxito do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguari/IFFar. Membro do Grupo FAPEM - Formação, Ação e Pesquisa em Educação Musical - UFSM. Atua, principalmente, com os seguintes temas: Educação, Artes, Música, Gestão Educacional, Educação Musical, Narrativas, Imaginário Social. ivanschwan01@gmail.com

Cláudia Ribeiro Bellochio é professora titular da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Possui graduação em Música pela Universidade Federal de Santa Maria (1987), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (1989), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1994) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Atualmente é pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É membro consultor do gt 24 da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Educação e membro da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Educação. Foi membro da comissão editorial Revista Brasileira de Educação (RBE). Atualmente compõe os conselhos editoriais da *Revista Educação* (UFSM), *OPUS* (ANPPOM), *Cadernos de Educação* (UFPEL). Foi presidente, editora e membro do Conselho Editorial da *Revista da ABEM*. Na Associação Brasileira de Educação Musical foi coordenadora regional, representante estadual e, no momento, é membro do conselho fiscal. Na ABEM e na ANPPOM tem coordenado comitês científicos dos eventos nacionais e regionais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Musical, atuando principalmente nos seguintes temas: educação musical, formação de professores, educação, pedagogia e canto coral. claudiabellochio@gmail.com

A *Opus* está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional